



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS DE GENÉTICA FORENSE - APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 9910767/2019-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000571/2018-27

**PROJETO BÁSICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**

POLÍCIA FEDERAL
Processo Administrativo n.º 08201.000571/2018-27

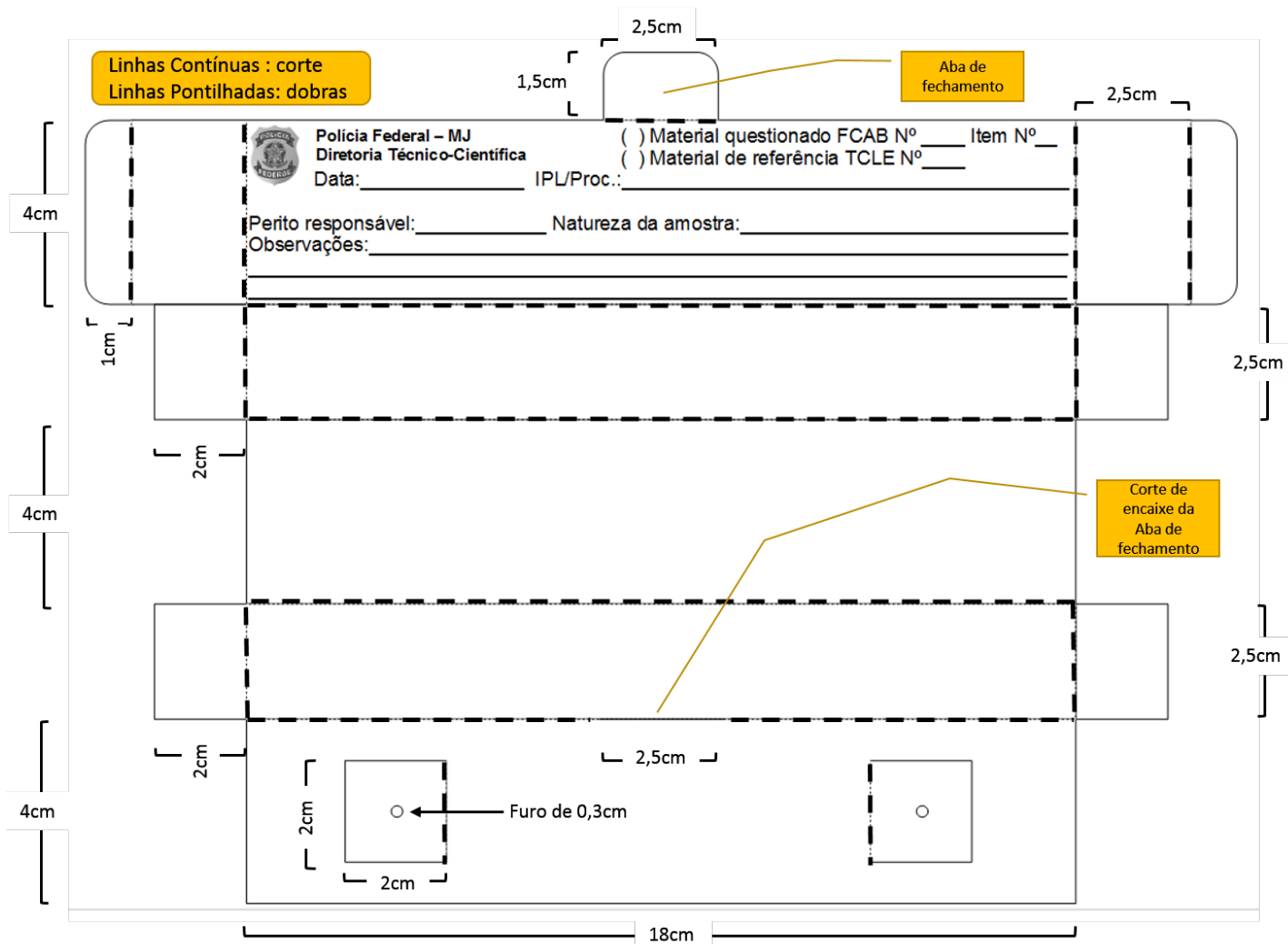
1. DO OBJETO

1.1. A contratação de serviços gráficos, de forma não continuada, para confecção de caixas para acondicionamento de suabes utilizados na coleta de vestígios biológicos para fins periciais, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01- Descrição e Quantidades de porta-suabes

Item	Produto	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Estimado (R\$)
01	Caixa porta-suabe	Caixa de papel retangular feita com papel APERGAMINHADO (AP) de cor branco fosco de gramatura 240 g/m ² (AP 240). O papel utilizado na confecção não poderá ser reciclado. As impressões deverão ser em fonte ARIAL nº 9, cor preta, para os dizeres: "MJ – Polícia Federal" e "Diretoria Técnico Científica"; e fonte ARIAL nº 12, cor preta, para os dizeres restantes. As medidas e demais descrições devem obedecer ao modelo constante na Figura I.	ud	20000 (vinte mil)	10000 (dez mil reais)

Figura 01- Modelo de porta-suabes



1.2. Da sustentabilidade ambiental: O objeto deste Projeto Básico não poderá ser confeccionado com papel reciclado, para evitar contaminação do DNA proveniente do vestígio biológico. Pelo mesmo motivo, não poderá ser reutilizado, portanto é item de uso único e descartável. Entretanto, o material será classificado como lixo biológico e receberá o descarte e tratamento devido por empresa especializada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. O laboratório da Área de Perícias em Genética Forense –APGEF em Brasília/DF é o único laboratório da Polícia Federal desta natureza. Por este motivo, recebe, centraliza e processa enorme quantidade de vestígios biológicos de todas as descentralizadas da Polícia Federal no país (Superintendências e delegacias). Objetivando a preservação e conservação do DNA no vestígio biológico, comumente as descentralizadas utilizam suabes para a coleta de DNA a partir de vestígios biológicos nas cenas de crimes.

2.1.2. O objeto deste Projeto Básico é de excepcional importância para a cadeia de custódia do vestígio biológico pois oferece o correto acondicionamento e preservação do DNA, evitando-se o manuseio direto e a contaminação do suabe por agentes químicos e/ou biológicos.

2.1.3. Além das vantagens alusivas à segurança da cadeia de custódia, o envio de vestígios biológicos das descentralizadas ao laboratório da APGEF, utilizando-se suabes acondicionados em caixas porta-suabe, torna-se mais célere e menos oneroso, pois os "suportes" dos vestígios biológicos encontrados nas cenas de crime (p.ex. vestimentas, ferramentas, armamentos...) possuem peso e volume muito maiores, o que impactaria enormemente os custos de transporte.

2.2. DO QUANTITATIVO

2.2.1. A APGEF realiza periodicamente, vários cursos de coleta de vestígios biológicos, abrangendo as cinco regiões do país. Nestes cursos, a APGEF consome, nas aulas ministradas, quantidade razoável do objeto deste Projeto Básico, e ainda, disponibiliza às unidades federativas a maior parte do quantitativo confeccionado, tendo em vista a dificuldade na obtenção do material, visto que este não é encontrado no mercado para pronta aquisição, mas sim, confeccionado de forma customizada.

2.2.2. De acordo com o histórico de uso deste insumo, o quantitativo demandado pretende suprir o laboratório e as descentralizadas por período aproximado de três a quatro anos.

2.3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.3.1. O serviço será efetuado conforme especificação técnicas constantes no item 1.1 (Tabela 1 e Figura 1).

2.3.2. A gramatura exigida tem por fim assegurar resistência à caixa porta-suabe, evitando rompimento/ rasgo que poderiam resultar em contaminação do vestígio biológico.

2.3.3. O papel na cor branca auxilia verificar, ao menos visualmente, se no porta-suabe existem contaminantes ou sujeiras que poderiam comprometer o DNA presente no suabe.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos art. 24, II, da Lei 8.666/93.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Todos os insumos, suprimentos e materiais gráficos, deverão ser fornecidos pela empresa vencedora e deverão estar de acordo com as descrições deste Projeto Básico, incluindo a faca gráfica (molde gráfico) que não será fornecida pela Polícia Federal.

4.1.2. Antes da confecção do quantitativo total previsto neste Projeto Básico, a empresa vencedora deverá encaminhar à Diretoria Técnico-científica, sem qualquer ônus para a Administração, a Prova Gráfica, que deverá consistir em pelo menos 20 (vinte) unidades de material impresso, para averiguação de uniformidade e compatibilidade com as descrições do Projeto Básico.

4.1.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.4. A empresa vencedora deverá iniciar toda e qualquer atividade relacionada a execução do objeto, somente após a ciência por escrito (carta, ou mensagem eletrônica), do recebimento da nota de empenho fornecida pela Diretoria Técnico-científica ou da publicação em Diário Oficial.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. O papel utilizado na confecção deverá ser papel virgem (não reciclado) com intuito de evitar a contaminação do DNA presente nos vestígios biológicos.

5.1.2. O papel utilizado na confecção deverá ser na cor branca fosca internamente para visualização de possíveis contaminantes macroscópicos junto ao vestígio, e externamente para facilitar o contraste entre os dizeres e o fundo, e ainda para facilitar o preenchimento à punho dos campos disponíveis.

5.1.3. Devem ser atendidas a gramatura prevista na descrição, para conferir resistência mecânica à caixa porta-suabe, evitando danos aos suabes.

5.1.4. A empresa vencedora deverá confeccionar a Faca Gráfica para execução dos cortes e dobras previstos na descrição do objeto. Ao final da realização dos serviços, a faca gráfica (molde gráfico) ficará em posse da Polícia Federal, para a realização de futuras confecções de porta-suabes.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Fornecimento à Administração, em tempo hábil, da documentação e/ou informações por parte da empresa vencedora

6.1.2. Fornecimento de Prova de Impressão (Prova gráfica) por parte da empresa vencedora e aprovação por parte da Administração, previamente à confecção do quantitativo total previsto neste Projeto Básico.

6.1.3. Coerência e uniformidade quantitativa e qualitativa entre o material impresso final, a Prova de impressão (prova gráfica) e as descrições do objeto constantes neste Projeto Básico.

6.1.4. Fornecimento da Faca Gráfica (molde Gráfico)

6.1.5. Entrega do objeto no prazo previsto, e excepcional solicitação, feita dentro do prazo inicial de entrega do objeto, de dilação de prazo de entrega, desde que motivada por causa relevante.

6.2. A empresa vencedora terá até três oportunidades para aprovação da Prova Gráfica, caso as duas primeiras não tenham sido aprovadas pela Administração. Após a terceira reprovação da Prova Gráfica, a empresa será considerada inapta para execução do serviço, e será convocada a empresa subsequente como segunda colocada, e assim sucessivamente.

6.3. Caso a empresa por iniciativa própria executar a confecção de todo o quantitativo previsto no Projeto Básico, sem anterior confecção e aprovação da Prova Gráfica, incorrerá no risco de não aceitação total do objeto por parte da Administração, na hipótese de desconformidade com as

descrições previstas neste Projeto Básico, ou qualidade inferior à desejada.

6.4. Não somente a compatibilidade com as descrições do Projeto Básico serão consideradas na análise do objeto, mas sim a qualidade e funcionalidade de acordo com o uso a que se presta.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A empresa vencedora deverá declarar por escrito (documento formal ou mensagem eletrônica), previamente a qualquer atividade relacionada à execução do objeto, que tem pleno conhecimento e entendimento das descrições e exigências explicitadas neste Projeto Básico.

7.2. A empresa vencedora deverá declarar que possui plenas condições técnicas de confecção da Faca Gráfica e de execução do objeto relativo a este Projeto Básico.

8. MODELO DE GESTÃO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com a demanda efetivamente executada, sendo após a entrega definitiva do objeto, após o devido atesto da nota fiscal e regular liquidação.

8.2. Dar-se-á o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

8.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.5. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n.º 8.666/93.

8.6. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

8.7. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC/DPF, entre a primeira data de atraso e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)^{N/30}-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

8.9. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1.

9.1.2.

9.1.3. (etc.)

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços será iniciada (indicar a data ou evento para o início

dos serviços), na forma que segue somente após:

10.1.1. a ciência por escrito, por parte da empresa vencedora, do recebimento da nota de empenho fornecida pela Diretoria Técnico-científica ou da publicação em Diário Oficial.

10.1.2. aprovação, por parte da Diretoria Técnico-científica, da Prova Gráfica, que consiste em amostragem prévia do produto final, para averiguação se este encontra-se de acordo com as descrições previstas do Projeto Básico.

10.1.3. declaração da empresa indicando que compreendeu todas as especificações do objeto contidas no Projeto Básico, e indicando que possui capacidade de execução do serviço requerido.

11. DA VISTORIA

11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone da empresa vencedora.

~~11.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.~~

11.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com ~~as cláusulas contratuais~~ exigências previstas neste Projeto Básico e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas ~~no Edital e seus anexos~~ neste Projeto Básico;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

~~12.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste o Edital e seus anexos~~ Projeto Básico e na proposta;

~~12.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo; podendo devolver o material em sua totalidade ou a parcela do material recebido fora dos padrões de qualidade e quantidade exigidos por este Projeto Básico.~~

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento ~~das cláusulas contratuais do objeto, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto,~~ além de fornecer, às suas expensas, os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 30 (trinta) dias corridos fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

~~13.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;~~

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar ~~da garantia, caso exigida no edital,~~ ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

~~13.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;~~

~~13.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;~~

13.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Contratante;

~~13.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;~~

13.11. ~~Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;~~

13.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.14. Manter durante toda a vigência ~~de contrato~~ da execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do ~~contrato~~ objeto proposto neste Projeto Básico;

13.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.17. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.17.1. ~~quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;~~

13.18. ~~Assegurar à Contratante, nos termos do Anexo VII-F, Item 6,, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017:~~

13.18.1. ~~o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;~~

13.18.2. ~~os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.~~

13.19. ~~Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento de amostras (Prova gráfica) e da faca gráfica (molde gráfico) para verificação de conformidade e qualidade dos bens.~~

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições ~~deste Projeto Básico~~ do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade ~~do contrato~~ da execução do serviço previsto.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução ~~do contrato~~ consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento ~~de ajuste~~, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços ~~e do contrato~~.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste ~~deste~~ Projeto Básico.

16.4. A execução dos ~~contratos~~ serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, ~~que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017, previstos no item 06 deste Projeto Básico.~~

16.5. A fiscalização técnica ~~dos contratos~~ avaliará constantemente a execução do objeto ~~e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto~~ para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6. ~~A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.~~

16.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá ~~monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração~~, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10. ~~A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.~~

16.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas ~~no ato convocatório~~ neste Projeto Básico.

16.12. ~~O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.~~

16.13. ~~O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.~~

16.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: ~~marea~~, qualidade e forma de uso.

16.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento ~~das cláusulas contratuais do serviço~~ previsto neste Projeto Básico ~~conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.~~

16.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, ~~podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.~~

16.17. ~~A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:~~

~~16.17.1~~

~~16.17.1~~

~~16.17.3 -(etc.)~~

16.18.1. A fiscalização ~~por parte da Administração, de que trata esta cláusula~~ não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (recebimento provisório e definitivo)

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do ~~contrato~~ serviço, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do ~~contrato~~ serviço, e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor ~~de contrato~~ da execução dos serviços para recebimento definitivo.

17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, no prazo de 30 (trinta) dias corridos fixado pelo fiscal do contrato a contar da data de confirmação de recebimento, pela contratada, da comunicação de desconformidade (notificação de reprovação) na prestação do serviço, emitida pela Administração:

17.2.1. A Diretoria Técnico-científica poderá recusar a totalidade dos serviços, através de documento com exposição de motivos, caso o serviço:

17.2.1.1. Esteja em desacordo com a Prova Gráfica previamente aprovada

17.2.1.2. Não guarde uniformidade e/ou conformidade, de qualquer natureza, com as descrições constantes neste Projeto Básico, considerando o quantitativo total previsto.

17.2.1.3. Não possua a qualidade e usabilidade necessária ao objetivo que se destina, mesmo quando atendidas as descrições previstas, porém com uso de matéria prima de qualidade inferior.

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do

recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, considerando as descrições do objeto constantes neste Projeto Básico e na proposta, com a consequente aceitação mediante termo-circunstanciado atesto da Nota Fiscal.

17.3.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ~~ao final de cada período mensal~~, o fiscal técnico ~~do contrato~~ irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo ~~gestor do contrato~~ fiscal da execução do serviço.

17.4.1. ~~O gestor do contrato~~ fiscal da execução do serviço analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará ~~as cláusulas contratuais pertinentes, os aspectos que ferem aos comandos deste Projeto Básico bem como de normativos legais~~, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base nos ~~Instrumento de Medição de Resultado (IMR)~~, ou ~~instrumento substituto~~ instrumentos de medição adotados

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução ~~do contrato do serviço, ou de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos~~.

17.6. A empresa vencedora se responsabiliza integralmente por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

17.7. O prazo de entrega do quantitativo total previsto, incluindo o prazo para elaboração da Faca Gráfica (molde) e fornecimento de Prova (s) Gráfica(s), será de 90 (noventa dias) corridos a partir da confirmação de recebimento da nota de empenho ou publicação no Diário Oficial; e deverá ser realizada no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h a 11h ou 14h a 17h de segunda a sexta-feira exceto feriados. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico no dia anterior à entrega.

17.8. O quantitativo total previsto neste Projeto Básico, para envio definitivo à Diretoria Técnico-científica, deverá ser entregue em remessa única, porém embalado de forma fracionada em embalagens de 500 unidades cada.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa ~~nos termos da Lei nº 10.520, de 2002~~, a CONTRATADA que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução ~~contrato~~ serviço;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.5. Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução ~~total ou parcial~~ do objeto ~~deste contrato~~, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações ~~contratuais~~ consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. Multa de:

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, ~~sem prejuízo das demais penalidades~~. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor ~~do contrato~~ pactuado, conforme detalhamento constante das **tabelas 2 e 3** abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor ~~de contrato~~ pactuado por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão ~~de contrato~~ do vínculo referente a execução dos serviços;

18.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

~~18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;~~

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 4 2 e 2 3:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor de contrato <u>pactuado</u>
2	0,4% ao dia sobre o valor de contrato <u>pactuado</u>
3	0,8% ao dia sobre o valor de contrato <u>pactuado</u>
4	1,6% ao dia sobre o valor de contrato <u>pactuado</u>
5	3,2% ao dia sobre o valor de contrato <u>pactuado</u>

Tabela 3

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	04
	Cumprir quaisquer dos itens do <u>Projeto Básico do Edital e seus Anexos</u> não previstos nesta	

7	tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato serviço os prepostos previstos no edital/contrato;	04
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	04

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19- RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO MARTIN AGUIAR

Perito Criminal Federal

Responsável pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

ALEXANDRO MANGUEIRA LIMA DE ASSIS

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em ____ de _____ de 2019.

FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MARTIN AGUIAR, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/02/2019, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRO MANGUEIRA LIMA DE ASSIS, Chefe de Divisão**, em 15/02/2019, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Diretor(a)**, em 15/02/2019, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9910767** e o código CRC **2DC0ADD5**.